



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

O USO DA PROVA MULTIDISCIPLINAR COMO INSTRUMENTO AVALIATIVO DA APRENDIZAGEM

Lorraine Leite Zanela

Profa. Orientadora Dra. Edileuza Fernandes da Silva
Tutora Orientadora Profa. Ma. Rose Meire da Silva e Oliveira

Brasília (DF), 19 de dezembro de 2015

Lorraine Leite Zanela

**O USO DA PROVA MULTIDISCIPLINAR COMO INSTRUMENTO
AVALIATIVO DA APRENDIZAGEM**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação das Professoras Dra. Edileuza Fernandes e Ma. Rose Meire da Silva e Oliveira.

TERMO DE APROVAÇÃO

LORRAINE LEITE ZANELA

O USO DA PROVA MULTIDISCIPLINAR COMO INSTRUMENTO AVALIATIVO DA APRENDIZAGEM

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Profa. Ma. Rejane Farias Gontijo - SEEDF
(Examinadora externa)

Profa. Dra. Edileuza Fernandes da Silva - FE/UNB
(Professora-orientadora)

Profa. Ma. Rose Meire da Silva e Oliveira - SEEDF
(Tutora-orientadora)

Brasília, 19 de dezembro de 2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu esposo que me deu o incentivo para fazer parte deste curso e pela paciência de todos os momentos.

Dedico também aos meus colegas professores que aceitaram participar do grupo focal e responderam ao questionário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado o dom da vida e a capacidade de realizar meus sonhos.

Aos meus pais por sempre terem me apoiado nos estudos.

À escola por ter dado a autorização para a realização da pesquisa.

À professora Dra. Edileuza pelas maravilhosas e produtivas aulas presenciais.

À professora Ma. Rose Meire pela ajuda em todos os momentos de orientação.

EPÍGRAFE

“A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios” Luckesi (2000)

RESUMO

O estudo em questão apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa desenvolvida em uma escola pública do Distrito Federal. Teve como objetivo principal compreender como é utilizada a prova multidisciplinar para avaliar a aprendizagem dos estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental. Os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados foram o questionário e a técnica do grupo focal. Por meio do estudo de caso constatou-se que a prova multidisciplinar utilizada pela escola em questão não avalia a aprendizagem dos estudantes efetivamente. O instrumento avaliativo limita-se a identificar as dificuldades em relação a determinados conteúdos, promover o interesse do estudante por outras disciplinas, contextualiza os assuntos trabalhados com o cotidiano e prepara os alunos para a resolução de provas como o Exame Nacional do Ensino Médio e o vestibular. Ainda que a prova multidisciplinar cumpra diversas funções, o foco principal, que é avaliar a aprendizagem dos estudantes, não foi mencionado pelos professores. As respostas dos professores em relação ao uso da prova multidisciplinar na aprendizagem foram variadas, ou seja, podendo ser depreendida a falta de determinação de um objetivo específico para a prova, desconhecimento da própria metodologia ou a ausência da mesma, ou pela coordenação pedagógica pouco atuante na elaboração da prova e na discussão dos resultados. Tal fato pode ser devido a uma formação docente deficitária, ou pela descontinuidade de políticas públicas relacionadas à avaliação para a aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem; Prova Multidisciplinar.

ABSTRACT

This study presents the results of a qualitative research that was developed in a Public School in Brasilia, DF. The goal of this research was to understand how the Multidisciplinary Test is used for the purpose of evaluating the students from Elementary School (7 grade). Some methodological procedures were used to the gathering data such as questionnaires and techniques of focus group. Through of this research, we can analyze that the Multidisciplinary Test used in school does not evaluate the students effectively. The performance evaluation is limited only to identify the difficulty of the learners in some subjects, making the students will interest in other subjects, contextualize the subjects with real life of the students and prepare them to do tests such as national high school exam and Vestibular. The Multidisciplinary Test has many goals, but the principal goal, which is to evaluate the learners, was not told by the teachers. The answers of the teachers in relation of the use of the Multidisciplinary Test in learning were wide, in other words, there was not a determination of a specific objective for the test, a knowledge of the methodology or the lack of it or the pedagogical coordination is not acting on the elaboration of the test and on the discussion of the results. These elements can happen because there is a lack of the capable teachers, or a lack of public policies in relation of the evaluation to the learning.

Keywords: Evaluation of Learning; Multidisciplinary Test.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1- Metodologia.....	13
2- Referencial teórico.....	17
2.1- De aspectos legais a atividade extracurricular: o que embasa o Ensino Fundamental?	17
2.2- Avaliação é uma mera questão quantitativa?	18
2.3- Reflexão: avaliação multidisciplinar e interdisciplinar.....	20
3- Análise de dados.....	23
3.1- Como avaliam os professores do 7º ano do período vespertino em um Centro de Ensino Fundamental no Distrito Federal.....	23
3.2- Compreensão dos professores acerca da prova multidisciplinar.....	25
3.3- Como os professores utilizam a prova multidisciplinar para avaliar a aprendizagem dos alunos.....	27
Considerações finais.....	30
Referências.....	35
Apêndices.....	38

INTRODUÇÃO

O termo “aprendizagem” é intrínseco a um sistema de ensino. Entretanto, ele pode parecer algo subjetivo, principalmente para o professor. Medir quantitativamente essa questão é bastante difícil, pois dependendo da maneira de como isso for feito, ele pode não ser suficiente o bastante para embasar o professor a respeito de quanto o estudante realmente aprendeu. Luckesi (2002, p. 86) afirmou que a nota por si só não é um diagnóstico, mas apenas um resultado vinculado à avaliação.

Dentre os tipos de avaliações praticadas, destaca-se a avaliação classificatória realizada por meio de provas, testes e outros instrumentos avaliativos sem nenhum caráter formativo da aprendizagem do aluno. E neste sentido, cabe questionar se a prova multidisciplinar atende à qual concepção de avaliação? Qual o uso e intencionalidade dessa prova? São perguntas para serem respondidas.

Provavelmente em diversas instituições de ensino do Distrito Federal a prova multidisciplinar é utilizada para avaliar a aprendizagem dos estudantes, entretanto, não se sabe com clareza se a intencionalidade desse instrumento avaliativo está pautada na concepção formativa da avaliação com o conhecimento de todos os profissionais envolvidos no processo avaliativo.

Os conceitos e definições das avaliações como prática pedagógica são objetos de estudos de diversos autores. Nos diversos cursos de graduação, mais especificamente os de licenciatura, as disciplinas que deveriam debater esses assuntos passam ao largo dessas questões, sendo que para exercer a atividade profissional nota-se que elas são imprescindíveis para que o professor possa reconhecer e colocar em prática a sua metodologia de ensino.

Contudo, até me tornar professora efetiva da Secretaria de Educação do Distrito Federal e participar desse projeto de pesquisa, esses problemas não faziam parte do meu universo profissional. Antes de chegar a essa problematização tive que percorrer um longo caminho de estudos. Quando ingressei no Ensino Fundamental meu pai não tinha mais condições de pagar escola, então fui para o ensino público. Fiquei na primeira série somente por uma semana, pois a professora percebeu que eu sabia ler e escrever muito bem e me encaminhou para que eu fizesse uma prova para poder progredir à segunda série. Fiz a prova e avancei.

No Ensino Médio eu me apaixonei por Química. Em princípio, seria minha escolha para fazer a graduação. Gostava muito da professora de Física e tive um professor de Biologia diferente do tradicional. Contudo, ingressei em um curso de Ciências, mas não da área de exatas e sim da natureza.

Na graduação em Ciências Biológicas tive professores maravilhosos. Meu comportamento como docente e o que acredito que deva ser trabalhado em sala são provenientes dessa minha experiência. No entanto, tive a infelicidade de ter uma professora sem nenhum profissionalismo e totalmente antiética na qual hoje tenho cuidado em não reproduzir isso com meus alunos.

Durante a graduação fiz estágios e monitorias em instituições públicas e privadas. Iniciei minha carreira docente em escolas particulares do Distrito Federal e ingressei no quadro da Secretaria de Educação no ano de 2014 como professora efetiva. A partir do processo de remanejamento passei a trabalhar no Centro de Ensino Fundamental no qual realizei este trabalho.

Sou uma professora que busca avaliar o meu comportamento e a minha forma de trabalhar o processo de ensino-aprendizagem de acordo com o que julgo que teve de positivo com minha passagem pela escola e pela universidade. Tento não reproduzir modos e maneiras de ensinar que eu julgava infrutíferas na época de estudante.

Por meio das experiências escolares que vivenciei e dos processos avaliativos que marcaram minha vida enquanto estudante, percebi que uma das maneiras de tornar a sociedade ou a escola menos excludente seria exercendo a docência, pois o professor não é um simples transmissor de conhecimentos. É importante ser um mediador sempre buscando contribuir para a formação de uma sociedade pensante de modo que os estudantes aprendam os saberes escolares em interação com o outro. Assim, será possível que o aluno desenvolva o senso crítico e atue como sujeito em meio a sociedade, participando ativamente.

O Centro de Ensino Fundamental, objeto de pesquisa deste trabalho, está inserido em uma Região Administrativa da periferia do Distrito Federal. Essa localidade foi criada a fim de erradicar invasões presentes no Plano Piloto no início da década de 90 (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2015). A avenida principal da “cidade satélite” possui comércio diversificado aparentando um bom nível

econômico, mas no entorno da escola percebo a disparidade socioeconômica tão presente em outras regiões do Distrito Federal.

Uma quantidade significativa dos pais dos estudantes possui baixa escolaridade, e isto se reflete no ensino dos seus filhos e na participação desses responsáveis nas atividades escolares (eventos, reunião de pais, dentre outras).

A escola possui uma avaliação geral denominada “Multidisciplinar”, na qual todos os professores elaboram itens correspondentes às suas disciplinas para compor a prova bimestral, sendo atribuído o valor total de 3,0 pontos. Quanto às outras pontuações, os professores têm a autonomia de distribuí-las conforme seu critério avaliativo.

Este trabalho teve como objetivo geral compreender como é utilizada a prova multidisciplinar para avaliar a aprendizagem dos estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental do turno vespertino, e como objetivos específicos identificar qual concepção avaliativa embasa o fazer pedagógico dos professores, dimensionar a compreensão que os professores possuem acerca da prova multidisciplinar e analisar como os professores utilizam a prova multidisciplinar para avaliar a aprendizagem dos estudantes.

O presente trabalho foi dividido em três partes: a primeira expressou a metodologia empregada acerca dos objetivos e instrumentos utilizados; a segunda tratou do referencial teórico que está subdividido em aspectos legais e atividade extracurricular, a questão quantitativa na avaliação e uma reflexão sobre avaliação multidisciplinar e interdisciplinar; e na terceira são apresentadas as análises de dados relatando como os professores do 7º ano avaliam os alunos, a compreensão dos docentes sobre a prova multidisciplinar e como esta prova é utilizada para avaliar a aprendizagem dos alunos.

METODOLOGIA

Quando o objeto de estudo está no campo das Ciências Sociais, muitas considerações, além do contexto socioeconômico, devem ser refletidas. A pesquisa qualitativa é o modo ideal de realizar um trabalho científico quando outros parâmetros, que não podem ser analisados quantitativamente, têm que ser abordados. Segundo PORTELA (2004, p.2), “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.”.

Na análise qualitativa, o pesquisador buscará responder as questões suscitadas, trabalhar o tema da maneira mais completa possível, mas sem se ater na questão numérica até porque nesse campo de atuação poucos dados objetivos serão logrados dessa maneira.

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (PORTELA, 2004, p. 2).

Para que uma pesquisa seja realizada faz-se necessário definir a modalidade que será utilizada, ou seja, a forma como ela será feita. Nas Ciências Sociais, uma das mais utilizadas é o estudo de caso. Ele se caracteriza por definir uma determinada situação, considerada relevante, na qual se tentará obter os dados e informações que respaldem os objetivos previamente definidos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

O autor do trabalho somente coletará as suas impressões sobre um determinado fato, situação, grupo, localidade, entre outros, não podendo interferir no processo ou na rotina do seu objeto de estudo. Isso é importante para manter a imparcialidade no processo de elaboração do trabalho e a neutralidade do autor diante das circunstâncias (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A escola, objeto do estudo, está localizada em uma região periférica do Distrito Federal, composta por moradores de baixa renda. Foi inaugurada em 1998 e atendia alunos do Ensino Fundamental I e II. Logo, receberam turmas de Aceleração de Aprendizagem de séries iniciais e finais para atender os alunos que

apresentavam déficit de idade/série, ocasionada por contínua reprovação. Anos depois, no período noturno foi implantado a Educação de Jovens e Adultos (EJA), dos 2º e 3º segmentos. Em 2005, iniciou o atendimento e acompanhamento de crianças com dificuldade na aprendizagem, além de conquistarem o prêmio de primeiro lugar no Festival de Cultura do Ensino Fundamental. Em 2011, a Educação Infantil séries iniciais e o EJA foram extintos da instituição.

Atualmente, a escola atende o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e ensino integral nos turnos matutino (das 7:30 às 12:30) e vespertino (das 13:00 às 18:15). O corpo docente é composto por dezenove professores em cada turno. Possui diversas salas: Direção, Secretaria, Professores, Supervisor Administrativo, leitura e pesquisa, uma sala (dividida em Laboratório de Informática e em Sala de Recursos); uma cozinha; um depósito de gêneros alimentícios; um depósito de bens de consumo; dois banheiros para professores e dois banheiros para alunos; dezesseis salas de aula, sendo uma reservada para a Educação Integral; uma dependência para os auxiliares da limpeza; um banheiro para alunos portadores de necessidades físicas; um banheiro para alunos portadores de necessidades especiais; uma quadra poliesportiva coberta; uma sala de auxiliares em educação. A escola possui diversos recursos disponíveis, como televisores, aparelhos de DVD, máquina de xérox, dentre outros.

A coordenação pedagógica, espaço destinado para que o coordenador pedagógico e os professores debatam e definam as propostas e orientações pedagógicas que serão seguidas no ano letivo, é dividida em individual e coletiva, sendo a última contando com a efetiva participação dos docentes. A escola tem alguns projetos em andamento, como a horta, leitura e escrita, reforço escolar, monitorias, feira de ciências, olimpíadas escolares, jogos interclasse.

Os conselhos de classe são realizados a cada bimestre, tendo a participação de todos os docentes, dos coordenadores e da supervisão pedagógica. Nos conselhos de classe são discutidos os principais problemas ocorridos durante o bimestre em questão e suas possíveis propostas de solução.

Nessa perspectiva, a proposta desta pesquisa se caracterizou como um estudo de caso a ser feito com um professor de cada disciplina do 7º ano do Ensino Fundamental, do turno vespertino, em uma escola pública do Distrito Federal, tendo

como objetivo geral compreender como é utilizada a prova multidisciplinar para avaliar os estudantes.

Como instrumento para levantamento de informações foi aplicado um questionário composto por questões abertas e fechadas, com a finalidade de identificar a concepção avaliativa que embasa o fazer pedagógico dos professores e identificar e analisar a compreensão que estes possuem acerca da prova multidisciplinar.

Nesse sentido, o questionário, segundo a definição de Gil (2008, p. 121) é “a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações [...]”. Segundo o mesmo autor, as vantagens decorrentes na utilização dessa técnica advêm da possibilidade de atingir um grande número de pessoas, podendo recorrer ao uso do correio ou de meio eletrônico; baixo custo; confidencialidade dos interlocutores; liberdade dos partícipes em responder quando julgarem melhor preparados.

Para melhor compreensão de como os professores do 7º ano do Ensino Fundamental utilizam a prova multidisciplinar para avaliar a aprendizagem dos alunos, foi realizada a técnica do grupo focal, no horário da coordenação pedagógica coletiva, com os docentes envolvidos na pesquisa.

O grupo focal oportuniza ao pesquisador a utilização de perguntas conforme a sua necessidade ou as circunstâncias que o local e as pessoas que o compõe permitem. Essa técnica confere maior liberdade e participação do mediador, podendo intervir na discussão, instigando o grupo em busca de argumentos melhor elaborados ou que possam ter efetiva relevância no debate em questão (MELO; ARAÚJO, 2010).

Para a coleta das informações, primeiramente foi entregue um questionário para oito professores. Três foram enviados eletronicamente devido à greve no ensino público do Distrito Federal e os cinco restantes foram respondidos pelos professores durante sua coordenação pedagógica individual.

O questionário consistiu em dez questões, divididas entre abertas e fechadas, com o objetivo de conhecer o perfil do professor, identificar quais concepções avaliativas embasam seu fazer pedagógico, além de identificar e analisar quais as compreensões que os professores possuem acerca da prova multidisciplinar.

Considerando os oito professores que responderam ao questionário, o perfil encontrado em relação à sua formação: sete são pós-graduados, mas nenhum possui Mestrado ou Doutorado. Todos já fizeram curso de aprimoramento de prática pedagógica. O tempo de exercício na docência variou entre cinco e quinze anos, considerando tanto a atuação em esfera pública quanto privada. Em relação ao tempo de atuação no Centro de Ensino em questão, foi verificada uma variação entre um e quatro anos.

Os professores que participaram do questionário são das disciplinas de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física e Artes. Os participantes da discussão do grupo focal foram os mesmos com exceção do professor de Educação Física, incluindo o coordenador pedagógico.

No grupo focal houve a participação de seis professores e do coordenador pedagógico que responderam a sete perguntas com tempo médio de um minuto para cada resposta. Em relação ao coordenador pedagógico, devido a sua função, as questões pertinentes à prática docente em sala de aula foram respondidas conforme sua atuação quando esteve como regente. As perguntas buscaram compreender, de modo geral, sobre a elaboração e aplicação da prova multidisciplinar, além de analisar como os professores a utilizam para avaliar a aprendizagem dos alunos.

A avaliação foi positiva em relação ao grupo focal, pois é um método rápido de arguição e obtenção de respostas. Os problemas encontrados, como a falta de compreensão dos questionamentos por parte dos professores, não invalidaram essa técnica, o que ainda gerou uma maior ênfase no objetivo das perguntas.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1- De aspectos legais a atividades extracurriculares: o que embasa o Ensino Fundamental?

A Educação Básica tem por finalidade o desenvolvimento do educando, na qual assegura a formação comum indispensável para o exercício da cidadania. O recenseamento da população em idade escolar para o Ensino Fundamental é de competência dos Estados e Municípios. O ingresso de crianças é obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos de idade (BRASIL, 1996). Segundo a Constituição Federal (1988), a Educação Básica compreende a idade entre quatro e dezessete anos, englobando o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão (BRASIL, 1996).

O currículo nas escolas muitas vezes é confundido como a relação de disciplinas que o educando deve cursar, contudo, deve ser entendido como algo mais abrangente, na qual todas as relações envolvidas na educação devem ser consideradas como parte deste. O conhecimento debatido em sala de aula e outros ambientes, as relações interpessoais, as atividades desenvolvidas na escola, a participação da comunidade escolar, entre outros, fazem parte do currículo escolar. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).

Percebe-se que denominadas atividades “extracurriculares” contradizem o que está estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2013). Essa incoerência se deve ao fato de que todo o trabalho desenvolvido com a finalidade educativa (objetivo central da escola) obrigatoriamente é considerado como parte do currículo. A falta de conhecimento dessas diretrizes ou a incompreensão delas mantém esse vício até os dias atuais.

§ 1º O foco nas experiências escolares significa que as orientações e as propostas curriculares que provêm das diversas instâncias só terão concretude por meio das ações educativas que envolvem os alunos.

§ 2º As experiências escolares abrangem todos os aspectos do ambiente escolar, aqueles que compõem a parte explícita do

currículo, bem como os que também contribuem, de forma implícita, para a aquisição de conhecimentos socialmente relevantes. Valores, atitudes, sensibilidade e orientações de conduta são veiculados não só pelos conhecimentos, mas por meio de rotinas, rituais, normas de convívio social, festividades, pela distribuição do tempo e organização do espaço educativo, pelos materiais utilizados na aprendizagem e pelo recreio, enfim, pelas vivências proporcionadas pela escola (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 132).

Dentre todos os aspectos contidos no currículo, um dos mais importantes é a avaliação. Ela tem como característica subsidiar o educador na identificação das virtudes e eventuais problemas na aprendizagem do aluno (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010). Dependendo do contexto escolar (salas lotadas, falta de recursos didáticos, etc.), é muito difícil para o docente diagnosticar as falhas presentes na compreensão do conteúdo debatido em sala, sendo a avaliação o único momento disponível para este fim.

2.2- Avaliação é uma mera questão quantitativa?

A avaliação deve ter como objetivo diagnosticar a percepção formada pelo educando em relação a determinado tema/assunto, mas não com intuito de dizer se está certo ou errado, criando um ambiente excludente. O principal é discutir os conceitos formados a fim de solucionar algum equívoco ou dúvida, gerando uma aula inclusiva e participativa (LUCKESI, 2002).

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal entende que a avaliação deve “avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para desenvolver-se [...] a análise qualitativa se sobreponha àquelas puramente quantitativas podem realizar de maneira mais justa o ato avaliativo” (SEEDF, 2014-2016, p. 12).

A necessidade de se fazer avaliações ao longo do processo de ensino se deve ao fato de que o professor precisa de informações para saber se a metodologia empregada está sendo eficaz ou não, a partir de parâmetros determinados por ele. Esse recurso pedagógico é imprescindível para que o processo educativo tenha um caráter transformador na vida dos estudantes (LUCKESI, 2000).

A prova é a ferramenta mais conhecida no processo de avaliação, porém não é a única forma disponível, além dela há diversos outros meios para avaliar os discentes, “tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos

individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 137) ou conforme orientação da Secretaria de Educação do Distrito Federal: “observação, entrevistas, resolução de problemas, criação de documentários, filmagens, trabalhos em grupos, dramatizações, leituras e discussões coletivas, desafios à criatividade, [...], entre outras” (SEEDF 2014-2016, p. 16).

Antes de aplicar ou solicitar qualquer atividade para o aluno, o professor deve tentar considerar o contexto de cada indivíduo, pois mesmo estando em uma unidade de ensino e discutindo um determinado tema, cada pessoa compreenderá o que está sendo lecionado de forma distinta. Isso se deve ao que ele aprendeu anteriormente, a sua vida cotidiana e a outras situações que serão vivenciadas pelo mesmo.

Conforme as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF (2014-2016), em uma situação na qual o professor tem que avaliar o aluno em sua plenitude, ele não pode se deter somente nos aspectos formais. Consideram-se como avaliação formal os testes, provas, trabalhos, ou seja, tudo aquilo que está escrito ou registrado como um documento. Os aspectos informais também devem ser levados em consideração no momento da avaliação, sendo caracterizados de modo qualitativo e não quantitativo. As diretrizes da Secretaria de Educação consideram relevantes os aspectos informais, possuindo artigo específico que trata desse tema (SEEDF, 2014-2016).

Art. 32.

b) subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente;

d) **II** – utilizar vários instrumentos e procedimentos, [...], tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando.

IV – assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;

V – prover, obrigatoriamente, períodos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, como determina a Lei nº 9.394/96;

VI – assegurar tempos e espaços de reposição dos conteúdos curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente, evitando, sempre que possível, a retenção por faltas;

VII – possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com defasagem idade-série. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 137-138).

O coordenador pedagógico deve auxiliar os professores na elaboração de suas avaliações para que estas estejam em coerência com o trabalho realizado na escola. Ao elaborar o sistema avaliativo e seus objetivos principais, eles “devem constar do Plano de Ensino dos docentes, organizado em consonância com o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar e em conformidade com o Regimento Escolar das Unidades Escolares” (SEEDF, 2014-2016, p. 40-41).

Considerando especificamente as provas ou testes, elas são o instrumento de avaliação mais utilizado nas instituições de ensino. Um dos grandes problemas relacionados a eles é o forte aspecto quantitativo que os caracterizam, muitas vezes se valendo de memorização e reprodução de modelos para a sua resolução. Outra questão é em relação ao contexto na qual eles são aplicados. Em diversas ocasiões as escolas adotam “semanas de provas”, inseridas previamente no calendário escolar, desconsiderando as adversidades que surgem no processo de ensino-aprendizagem, em períodos de final de bimestre/semestre, tornando inviável a reflexão e discussão por parte dos docentes e da coordenação pedagógica da real efetividade daquele instrumento avaliativo (SEEDF, 2014-2016). Segundo Luckesi (2002, p. 86), “avaliação é diagnóstico que pode ser registrado em forma de nota, mas nota não é avaliação”.

Se utilizadas de maneira adequada, levando em consideração o Plano de Ensino dos docentes e o Projeto Político-Pedagógico da escola, as provas (multidisciplinares, interdisciplinares, simulados etc) podem contribuir de maneira positiva e lograr os objetivos estabelecidos no plano/projeto citado anteriormente (SEEDF, 2014-2016). O primordial é encontrar um equilíbrio na forma de avaliar, não ficando dependente de apenas um instrumento avaliativo.

2.3- Reflexão: avaliação multidisciplinar e interdisciplinar

As avaliações podem ser caracterizadas de acordo com a sua forma de elaboração, na qual dependerá da integração entre os conteúdos das distintas

disciplinas, da sua abrangência e da interlocução entre os atores envolvidos na sua construção, ou seja, da metodologia a ser adotada.

Em relação ao nível de organização, as avaliações podem ser classificadas em multidisciplinar (SOMMERMAN, 2011; ALMEIDA FILHO, 2005) e interdisciplinar (BRASIL, 1998; ALMEIDA FILHO, 2005).

Conforme Sommerman (2011, p. 84), “a multidisciplinaridade, na prática pedagógica, [...] as matérias e as disciplinas se apresentam de maneira independente, sem explicitar as relações entre elas”. O uso de diferentes disciplinas em uma avaliação, sem a devida contextualização e confluência de diferentes visões sobre um determinado tema, tende a caracterizá-la como multidisciplinar.

O trabalho multidisciplinar não pode ser caracterizado apenas pelo seu conteúdo ou pelas áreas que o abrangem. A relação entre os indivíduos também está contida na definição deste.

Multidisciplinaridade: conjunto de disciplinas que simultaneamente tratam de uma dada questão, problema ou assunto [...], sem que os profissionais implicados estabeleçam entre si efetivas relações no campo técnico ou científico (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 38).

A multidisciplinaridade não pode ser considerada, na prática pedagógica, como um sistema na qual as disciplinas são totalmente independentes entre si. O que a define é o pouco diálogo existente ou a falta de uma contextualização maior entre as disciplinas, resultando em um trabalho que não contribuirá significativamente na formação do pensamento crítico dos estudantes, pois “é um sistema que funciona através da justaposição de disciplinas em um único nível, ausente uma cooperação sistemática entre os diversos campos disciplinares” (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 38).

Almeida Filho (2005, p. 39) diz que a interdisciplinaridade “implica uma axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas [...], cujas relações são definidas a partir de um nível hierárquico superior, ocupado por uma delas”. Essa hierarquia não pressupõe a superioridade de uma disciplina em relação à outra, deve-se pensar como uma forma de articular os temas a serem discutidos na escola sem a fragmentação existente atualmente.

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles — questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu (BRASIL, 1998, p. 30).

A interdisciplinaridade não pode ser relativizada considerando apenas como uma forma de trabalho na qual os atores envolvidos irão dialogar entre si, apresentando ao final um produto que contempla todas as disciplinas. Urge a necessidade de que um tema ou objeto em questão seja pensado em sua totalidade, sem fragmentá-lo, a fim de que o educando desenvolva uma nova maneira de refletir sobre o seu cotidiano e que a escola integre em seu Projeto Político-Pedagógico essa metodologia (FRIGOTTO, 1998).

A avaliação interdisciplinar pode contribuir para a aprendizagem dos estudantes devido ao seu caráter de integração das diversas disciplinas existentes, ajudando a formar conceitos mais amplos acerca dos temas e assuntos discutidos na escola e no diagnóstico da capacidade do aluno em solucionar determinados problemas ou questões. A compartimentalização ajuda na prática pedagógica, mas pode ter uma influência negativa na compreensão de todos os aspectos que abarcam os conteúdos.

ANÁLISE DE DADOS

Na escola pesquisada a prova multidisciplinar distribui 30% (trinta por cento) dos pontos no bimestre e é composta apenas por questões objetivas. Em diversas ocasiões verificou-se que os alunos responderam às questões a esmo, sem ler os itens, preocupados em serem dispensados antes do final do turno escolar. Geralmente os professores elaboram os itens independentes, sem diálogo ou discussão entre si ou com a coordenação pedagógica. Os resultados obtidos na prova multidisciplinar não são debatidos entre os professores e nem com os estudantes, impossibilitando verificar se os objetivos propostos foram alcançados.

O professor que aplica a prova em uma determinada turma fica responsável por corrigi-la, de acordo com o gabarito previamente entregue pelo coordenador. Após a correção, a nota é lançada em uma lista de chamada que é entregue para a coordenação, e esta fica responsável por fotocopiá-la e distribuí-la a todos os docentes. Os resultados obtidos não são debatidos na coordenação ou em outras reuniões.

Ao final, as notas resultantes dessa avaliação são muito ruins, grande parte dos alunos não conseguem ter uma aproveitamento de 50% do total, causando prejuízo para os professores (além da falta de um diagnóstico melhor na aprendizagem, deverão buscar “pontos” para ajudar os estudantes) e para os alunos (que necessitarão amenizar a perda de “pontos” da prova multidisciplinar em outras avaliações).

A ausência de uma coordenação pedagógica mais atuante acentua os problemas descritos anteriormente, pois é nesse ambiente, por meio de um coordenador como gestor de equipe, que os problemas podem ser detectados e soluções encontradas. Para compreender melhor o que pensam os professores sobre a avaliação, e mais especificamente sobre a prova multidisciplinar, foi aplicado um questionário e a técnica do grupo focal. Os resultados estão descritos abaixo.

3.1- Como avaliam os professores do 7º ano do período vespertino em um Centro de Ensino Fundamental no Distrito Federal.

A partir do questionário respondido por oito professores e considerando qual a concepção que possuem sobre avaliação da aprendizagem, foram encontradas

respostas diversas. Em uma das respostas, o professor considerou a *valorização do cotidiano* como um aspecto importante para a avaliação; outro ampliou a sua abrangência fazendo referência aos *aspectos cognitivos, sociais e afetivos*. Algumas das respostas foram evasivas, relatando a avaliação como um *aspecto importante no ensino, ou para acompanhar a autonomia do estudante em relação a um determinado assunto*. Entretanto, três professores responderam que a avaliação consiste em uma *forma de conferir ou verificar a compreensão/aprendizagem do aluno*.

Quanto aos aspectos mais importantes que os professores consideram para a avaliação, três responderam de maneira similar, buscam *reconhecer a compreensão, o que foi assimilado ou mostrar o que o estudante entendeu*. Também foi citada a *participação dos alunos ao longo do bimestre letivo; a sua maneira de se expressar; concepção do assunto lecionado; e o seu interesse*. Apenas um professor citou como aspecto importante não somente as avaliações formais, mas também a *avaliação informal realizada ao longo do processo avaliativo*. Estando este professor em consonância com as diretrizes de avaliação: aprendizagem, institucional e em larga escala (SEEDF, 2014-2016), que ressalta o uso não somente de avaliações formais, mas também se faz necessário considerar e incentivar todo o trabalho desenvolvido pelo aluno de forma encorajadora.

Quanto aos instrumentos de avaliação em relação aos aspectos formais, todos os professores utilizam a prova (alguns chamaram de testes ou avaliações) como ferramenta avaliativa, além de exercícios para casa, trabalhos e debates. Entretanto, outros aspectos relacionados ao desempenho escolar e às atitudes comportamentais dos estudantes também foram lembrados por três professores, *como a participação e o desempenho apresentado pelo aluno durante as aulas e a convivência do mesmo com seus colegas e demais pessoas da escola*. Um problema evidenciado e relatado por Luckesi (2002), é o fato de alguns professores utilizarem o termo “avaliar” no sentido de examinar o aluno.

Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva. O ato de examinar, por outro lado, é classificatório e seletivo e, por isso mesmo, excludente, já que não se destina à construção do melhor resultado possível; tem a ver, sim, com a classificação estática do que é examinado (LUCKESI, 2002, p. 83).

Diante do exposto, infere-se que os professores têm clareza em relação às suas práticas avaliativas, não considerando inicialmente se está certo ou errado em relação aos documentos oficiais. Entretanto, existe a necessidade de se alcançar os objetivos propostos no Projeto Político-Pedagógico da instituição e levando em consideração as diversas respostas obtidas, depreende-se que os mesmos estão muito distantes dessa meta. Como há diretrizes e normas estabelecidas em relação à avaliação tanto pelo Ministério de Educação quanto pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, as distintas respostas verificadas podem ensejar o desconhecimento das mesmas, a falta de orientação por parte do coordenador pedagógico ou mesmo a falta de interesse por parte do professor em conhecer as orientações dos entes governamentais em relação aos objetivos da avaliação.

Quando as respostas foram similares, a ênfase na verificação, no atesto do conhecimento do aluno por meio de provas, exames e outros aspectos formais, mostra um caráter quantitativo exacerbado no processo avaliativo contrário aos documentos oficiais. Segundo Luckesi (2002, p. 87), “a avaliação é sempre uma atribuição de qualidade a alguma coisa, experiência, situação, ação, vale dizer, o ato de avaliar incide sempre sobre alguma coisa que existe extensiva e quantitativamente”. Ou seja, não descarta completamente o caráter quantitativo, mas a principal função é a análise qualitativa da aprendizagem.

3.2- Compreensão dos professores acerca da prova multidisciplinar.

Durante a discussão no grupo focal buscou-se compreender a concepção dos professores acerca da prova multidisciplinar. Foi possível observar que a maioria compreende que nesse tipo de avaliação as diversas disciplinas que a compõe precisam ter um tema ou um objetivo. De acordo com Almeida Filho (2005, p. 38), a multidisciplinaridade é um “conjunto de disciplinas que simultaneamente tratam de uma dada questão, problema ou assunto”. O *trabalho em conjunto para a elaboração* foi citado por três professores, ensejando a avaliação multidisciplinar como uma oportunidade para um trabalho em equipe, na qual se pode estabelecer o tema ou o conteúdo a ser avaliado.

Os professores consideram que a melhor maneira para aplicar a prova multidisciplinar é determinando um período específico, como *uma semana de*

provas. A vantagem mencionada foi o aluno estar focado na prova e com poucas chances de se ausentar. O único aspecto negativo citado foi em relação ao conteúdo ministrado e ao que será aplicado na prova.

Entretanto, nota-se uma desvantagem na adoção da semana de provas, pois, geralmente, há a liberação dos alunos mais cedo em relação ao horário normal de aula, e alguns alunos tendem a respondê-la mais apressadamente a fim de gozar deste benefício. O problema de se estabelecer a semana de provas é por desconsiderar, em algumas situações, as adversidades que poderão ocorrer durante o período letivo e as oportunidades para refletir sobre essa maneira de avaliar (SEEDF, 2014-2016).

Uma pergunta feita aos professores foi quanto aos pontos positivos e negativos acerca da utilização da prova multidisciplinar para avaliar os alunos do sétimo ano do Ensino Fundamental. As respostas foram diversas, relatando a importância de uma prova multidisciplinar *em dias distintos para futuro aprendizado em vestibulares ou outras provas semelhantes*; citaram a *interação entre as disciplinas e entre os próprios professores, que trabalharão de maneira investigativa no processo de ensino-aprendizagem*; a *possibilidade de despertar o interesse do aluno por uma das disciplinas que compõe a prova*; a *facilitação no raciocínio e processo de ensino-aprendizagem do educando, por poder abordar um tema que faça parte do cotidiano*.

Sobre os aspectos negativos em relação à utilização da prova multidisciplinar, também foram encontradas respostas variadas, tais como: *difficuldade de aferir o que o aluno aprendeu durante um determinado período, ocultando a realidade*; *maior tempo para a elaboração*; *pode impossibilitar uma melhor avaliação*; *exigência de aulas multidisciplinares, mas que no momento não é possível realizar na escola devido aos gestores*; *cansativa*; *a não obrigatoriedade de articulação entre os conteúdos*.

Na análise dos aspectos positivos e negativos em relação à prova multidisciplinar, respostas contraditórias foram encontradas. Cita-se uma maior interação entre os professores no trabalho investigativo para o processo de ensino-aprendizagem, e também a não obrigatoriedade da articulação entre os conteúdos. O que define uma prova multidisciplinar, em seu aspecto mais evidente, é a independência existente entre as disciplinas, ainda que na avaliação em questão

elas estejam presentes de maneira coordenada, mas não alteram substancialmente a prática pedagógica (SOMMERMAN, 2011). As relações entre os profissionais, segundo Almeida Filho (2005, p. 38), se dará de maneira técnica sem estabelecer vínculos ou relações mais efetivas, ainda que para o projeto e consolidação de uma prova multidisciplinar seja necessário o trabalho entre os indivíduos.

A autora também considera como aspecto negativo da prova multidisciplinar a dificuldade em aferir o nível de compreensão do aluno sobre o tema em questão, pois, geralmente, nas provas são utilizados itens objetivos na qual o aluno pode respondê-los sem necessariamente ter estudado.

“[...] o fato de um aluno acertar 15 questões, num teste de 20, significa tão somente que ele acertou 15, em vinte; a qualificação dessa quantidade só virá no momento em que atribuímos a essa situação uma qualidade positiva ou negativa” (LUCKESI, 2002, p. 87).

A avaliação é prejudicada, pois neste tipo de prova é necessário seguir determinadas regras e formalidades ensejando um espaço menor para o professor trabalhar, limitando o uso do cotidiano e da realidade dos alunos.

3.3- Como os professores utilizam a prova multidisciplinar para avaliar a aprendizagem dos alunos?

No questionário entregue, foi constatado que seis professores acreditam que a prova multidisciplinar avalia de fato a aprendizagem dos estudantes. Por ser uma prova que pode retratar o cotidiano do aluno de forma contextualizada, ela pode ser usada para *testar o conhecimento, abordando disciplinas diversas*. Apenas um professor não acredita que esta avalia a aprendizagem dos estudantes devido ao fato de *não ser possível mesclar os conhecimentos exigidos pela sociedade*.

Durante o grupo focal, os professores foram indagados se após a aplicação da prova multidisciplinar eles costumam fazer a correção desta em sala de aula. Todos afirmaram fazer a correção, acreditando também ser um *momento para o aprendizado, mostrando aos alunos o que eles erraram e assim corrigir os equívocos em relação ao conteúdo ou ao tema trabalhado*. Apenas um professor citou esse momento com uma oportunidade de se fazer uma *autoavaliação*, ou seja, o próprio educador refletir sobre suas falhas e acertos na elaboração dessa prova.

No mesmo grupo focal também foi discutida a utilização da prova multidisciplinar para mediar e intervir na aprendizagem dos estudantes. A maior parte das respostas focou na possibilidade de *medir o conhecimento do aluno* e consequentemente ajudá-lo no que ele não conseguiu responder, seja *mudando na forma de explicar o conteúdo*, buscando *novas tecnologias*, bem como *possibilitar aulas de reforço*. O caráter *conteudista* da prova foi citado por um professor e que por essa situação *a aprendizagem do aluno é prejudicada, impossibilitando o professor em uma intervenção mais eficaz*.

A correção da prova juntamente com os alunos (além da correção das outras atividades, de modo geral) é um momento onde as dúvidas e/ou equívocos de ordem conceitual se afloram de maneira mais perceptível, facilitando a intervenção do professor na resolução desses problemas. Durante a correção, também é o momento de aprendizado para o professor, pois a partir do resultado da prova e das respostas dos alunos, ele pode refletir sobre o seu modo de atuar em sala de aula e alterá-lo, caso necessário, a fim de contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

“[...] o ato de avaliar implica dois processos articulados e indissociáveis: *diagnosticar* e *decidir*. Não é possível uma decisão sem um diagnóstico, e um diagnóstico, sem uma decisão é um processo abortado” (LUCKESI, 2000, p. 3).

A contribuição da coordenação pedagógica na elaboração da prova multidisciplinar também esteve presente no questionário aplicado aos professores, sendo verificado que a maioria acha pertinente essa participação. Seria um momento de reuni-los para a definição de algumas questões relacionadas à avaliação, tais como: *o tema a ser utilizado, a organização da prova, orientação dos professores em relação à elaboração das questões, para dirimir dúvidas, ajudar na compreensão entre as diferenças entre a prova multidisciplinar e interdisciplinar e na contextualização dos conteúdos trabalhados*. Apenas um professor afirmou que a coordenação pedagógica não ajudaria nessa prática devido ao *caráter da prova que é de independência entre as disciplinas*. Segundo a orientação da Secretaria de Educação do Distrito Federal, conforme as Diretrizes de avaliação: aprendizagem, institucional e em larga escala

“Todos os procedimentos/instrumentos de avaliação devem ser elaborados em articulação com a coordenação pedagógica da unidade escolar. A ideia é a de que a equipe coordenadora possa apreciar, colaborar e acompanhar essa elaboração para que seja garantida coerência interna com o projeto da escola” (SEEDF, 2014-2016, p. 40).

A coordenação pedagógica pode contribuir no processo da elaboração da prova multidisciplinar por ser um espaço coletivo que congrega os professores e o coordenador, tornando factível a discussão sobre a elaboração do tema ou problema que será proposto. Além de servir para analisar as aprendizagens dos estudantes e redirecionar os planejamentos e as atividades, entre outros, em coerência com o Projeto político-Pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prova multidisciplinar, considerando as suas características já abordadas neste trabalho, é uma avaliação peculiar devido à relativa independência entre as disciplinas, ainda que haja uma conexão a partir de um tema ou problema em comum.

A partir dos dados coletados foi revelado conforme discurso dos docentes que a utilização da prova multidisciplinar para avaliar a aprendizagem dos estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental pode contribuir para o professor identificar as dificuldades do aluno em determinado conteúdo, a despertar o interesse do estudante por outras disciplinas, contextualizar os assuntos trabalhados com o cotidiano, além de preparar o educando para a resolução de futuras provas, como o Exame Nacional do Ensino Médio e o vestibular. Outro aspecto mencionado foi a integração da equipe profissional (professores e coordenadores) durante a elaboração do instrumento avaliativo.

Ainda que a prova multidisciplinar cumpra diversas funções, o foco principal que é avaliar a aprendizagem dos estudantes, o que não foi mencionado pelos professores. É difícil determinar o motivo pelo qual não souberam se expressar em relação à aprendizagem, pois por meio do questionário aplicado verificou-se que a maioria exerce a docência há pelo menos cinco anos, tempo esse razoavelmente expressivo para saber o que se esperar de uma avaliação. Tal fato pode ser devido a uma formação docente deficitária, ou pela descontinuidade de políticas públicas relacionadas à avaliação para a aprendizagem.

As respostas em relação ao uso da prova multidisciplinar na aprendizagem foram variadas, ou seja, podendo ser depreendida a falta de determinação de um objetivo específico para a prova, desconhecimento de sua própria metodologia ou a ausência da mesma, ou pela coordenação pedagógica pouco atuante na elaboração da prova e na discussão dos resultados. A partir dos dados obtidos, conclui-se que a prova multidisciplinar aplicada na escola em questão não avalia a aprendizagem dos alunos.

Além da parte meramente administrativa de distribuir os resultados das provas aos professores, o coordenador pedagógico poderia fazer um tratamento estatístico desses dados a fim de que cada docente das distintas disciplinas soubesse o índice de erros e acertos alcançados. Isso também poderia contribuir em

discussões sobre a avaliação utilizada, a necessidade de aprimorá-la, se os objetivos foram alcançados, e o que pode ser feito para melhor redirecionar o ensino e proporcionar aprendizagem mais efetiva. Atualmente, se o professor tiver o interesse de conhecer esse tipo de resultado ele terá que fazê-lo por conta própria.

Na atual conjuntura, com a existência de uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, parâmetros e diretrizes curriculares tanto nacionais quanto distritais, professores ainda percebem a avaliação não como um processo, mas como um instrumento para verificar ou conferir o que foi aprendido pelo aluno, como se isso fosse uma simples prática de assimilação e reprodução. Parafraseando Paulo Freire, uma educação bancária!

Apenas um docente citou os aspectos informais (neste caso, considerou o comportamento do aluno e as suas responsabilidades acadêmicas) na avaliação, tema importante das Diretrizes da Secretaria de Educação do Distrito Federal, e que devido aos problemas encontrados na sala de aula atualmente, isso seria uma excelente maneira de avaliar os estudantes.

Os docentes tiveram uma boa compreensão de como elaborar uma prova multidisciplinar, pois disseram haver a necessidade de um tema específico e que o diálogo entre os professores pode facilitar sua elaboração. Pode-se destacar a ambiguidade entre os aspectos positivos e os negativos em relação ao uso da prova multidisciplinar, pois foi mencionada a interação entre as disciplinas e os professores, o trabalho investigativo, a facilidade no raciocínio, entre outros. Contudo, os mesmos disseram sobre a dificuldade de avaliar a aprendizagem do aluno, a possibilidade de inviabilizar uma melhor avaliação, a ocultação da realidade etc. Isso retrata certa confusão conceitual e metodológica.

Ressalta-se a importância dada pelos professores ao coordenador pedagógico para a elaboração da prova multidisciplinar, seja através da interação entre os docentes e o coordenador ou em aspectos específicos à avaliação. Entretanto, o coordenador pedagógico da instituição é ausente na elaboração e na discussão dos resultados. Ele somente participa de forma administrativa para a aplicação da prova, ou seja, imprimindo, ajudando na distribuição e na coleta das notas obtidas.

Quanto à prova multidisciplinar, as percepções dos professores não condizem com a concepção de avaliação formativa (avaliação esta que considera a

aprendizagem do educando e a reflexão do docente em relação ao seu fazer pedagógico), pois apenas um mencionou a respeito de se fazer uma autoavaliação após a aplicação da prova. Para alterar esse quadro, inicialmente é importante que cada professor pense sobre o seu papel na escola e o que seu trabalho pode contribuir na formação de futuros cidadãos.

A formação continuada docente, tanto da sua respectiva disciplina quanto de outros aspectos que englobam as práticas pedagógicas, se faz necessário para elucidar dúvidas a respeito da avaliação formativa, como também para o profissional estar ciente dos avanços na área da educação.

Para a elaboração da prova multidisciplinar o ideal seria que nas coordenações coletivas fossem definidos os temas e as disciplinas que integrariam a prova (não necessitando a participação de todas as disciplinas ao mesmo tempo), considerando aqueles mais relevantes no momento vivenciado na escola ou no país. Cada professor levaria o quantitativo de questões necessárias para a inserção na prova e apresentaria aos outros colegas (podem ser todas as questões ou uma amostragem delas), a fim de que um ambiente propício à melhoria desse instrumento surja. A utilização de questões objetivas não pode ser obrigatória, pois é impossível inferir o que o aluno compreendeu de um assunto somente com esse tipo de questão.

A aplicação da prova multidisciplinar deveria ocorrer em momentos distintos, a partir de discussões entre professores e coordenador, extinguindo-se a semana de provas. A partir dos resultados obtidos das provas, o professor passaria a dispor de dados que poderiam auxiliá-lo na reflexão sobre a sua prática pedagógica e se a maneira como o assunto foi trabalhado teve eficácia na aprendizagem do aluno.

A coordenação pode contribuir nesse momento por meio de gráficos, tabelas ou símbolos que representem estatisticamente os resultados obtidos, propiciando mais informações a serem discutidas pelos profissionais e ajudando na reflexão supracitada. Todas as etapas para a elaboração da prova multidisciplinar podem ser tratadas em coordenações distintas. O coordenador será o mediador desse processo, debatendo diretamente com os professores em todas as etapas da elaboração desse instrumento avaliativo, entretanto, quem deve definir o formato final da prova multidisciplinar é o professor.

As dificuldades encontradas para a construção deste trabalho se iniciou com o referencial teórico escasso acerca de estudos ou debates sobre a avaliação multidisciplinar. A importância da avaliação é plenamente debatida, a interdisciplinaridade é objeto notório em diversos artigos, mas o tema multidisciplinar parece ser considerado de importância menor dentro do universo acadêmico.

Durante a coleta de dados, a greve dos professores interferiu na formação do grupo focal, sendo este realizado em outro local distinto do planejado que seria em uma coordenação coletiva. Alguns professores tiveram dificuldade em responder algumas questões, necessitando questioná-los novamente e enfatizando o objetivo da pergunta, pois muitos fugiam do tema ou simplesmente não entendiam o que era perguntado por falta de atenção ou mesmo o desconhecimento de como a prova multidisciplinar pode ser utilizada para avaliar a aprendizagem.

A coordenação pedagógica é um espaço único na instituição de ensino na qual existe a consciência – situação descrita pelos interlocutores, mas que não é executada pela escola – de que a elaboração da prova multidisciplinar (e de outras técnicas pedagógicas) deve ser coletiva, feito por pessoas para pessoas.

A importância de fazer o curso de Especialização em Coordenação Pedagógica oportunizou compreender melhor o papel do coordenador e também o espaço da coordenação pedagógica. Foi uma grande satisfação perceber que antes mesmo de participar dessa pesquisa, já considerava a avaliação como um instrumento de diagnóstico da situação dos alunos em relação à aprendizagem dos temas discutidos em sala de aula. A concepção acerca da prova multidisciplinar era a de que essa se assemelhava a um simples questionário, desconhecendo a necessidade de se estabelecer um tema, do trabalho em conjunto, ainda que não sistemático entre os professores.

No entanto, a prova aplicada no 7º ano do turno vespertino do Centro de Ensino Fundamental em questão não é multidisciplinar, pois não segue os conceitos, tais como: possuir uma proposta ou um tema ou um problema em comum; e a interação entre os docentes, ainda que não possuam efetiva relação no desenvolvimento desse instrumento, deve existir. Ela pode ser entendida como uma avaliação que compila várias questões de diversas disciplinas, não estando vinculadas a um tema ou problema em comum. Os professores atuam somente como formuladores da prova multidisciplinar e utilizam os resultados para compor a

nota do bimestre, sem que isso leve a refletir ou alterar a sua prática pedagógica. A coordenação pedagógica da instituição é bastante burocrática em relação a todas as etapas da prova, auxiliando administrativamente na aplicação, mas ausente na discussão sobre a efetividade desse instrumento na aprendizagem e na formação dos alunos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Transdisciplinaridade e o paradigma pós-disciplinar na saúde. **Saúde e Sociedade**. São Paulo. V. 14, n. 3, p. 30-50, set./dez. de 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902005000300004>. Acesso em: 11 nov. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília, 2013, p.562. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15547-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf-1&Itemid=30192> Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras**. Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, 1º sem. 2008. Disponível em: <<http://e->

revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143/3188>. Acesso em: 12 nov. 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Portal do Governo de Brasília: Administrações Regionais**. Disponível em: <http://df.gov.br/sobre-o-governo/estrutura/administracoes-regionais.html>. Acesso em: 23 nov. 2015.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. **Eccos Revista Científica**, vol. 4, n. 2, Universidade Nova de Julho, São Paulo, 2002, pág. 79 a 88. Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/textos/art_avaliacao/art_avaliacao_eccos_1.pdf>. Acesso em: 21 set. 2015.

_____. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? **Revista Pátio**. Ano 3, n. 12, ARTMED Porto alegre, fev./abr. 2000. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2511.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

MELO, Patrícia Sara Lopes; ARAÚJO, Waldirene Pereira. **Grupo focal na pesquisa em educação**. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.3/GT_03_10_2010.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010. In: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília, 2013. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15547-diretrizes-curiculares-nacionais-2013-pdf-1&Itemid=30192>. Acesso em: 20 set. 2015.

PORTELA, Girlene Lima. **Abordagens teórico-metodológicas: Pesquisa quantitativa ou qualitativa? Eis a questão.** Projeto de pesquisa no ensino de Letras para o Curso de Formação de Professores da UEFS, 2009. Disponível em: <http://www.paulorosa.docente.ufms.br/metodologia/AbordagensTeoricoMetodologicas_Portela.pdf>. Acesso em: 5 out. 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Diretrizes de avaliação: aprendizagem, institucional e em larga escala. Brasília, 2014-2016. Disponível em: <<http://cursos.mec.gov.br/coordenacao/unb/mod/data/view.php?id=824>>. Acesso em: 21 set. 2015.

SOMMERMAN, Américo. Complexidade e transdisciplinaridade. Goiânia, v.1, n.1, p.77-89, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/teri/article/view/14390/15316>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO

Prezado(a) professor(a),

Este questionário tem como objetivo compreender como é utilizada a prova multidisciplinar para avaliar a aprendizagem dos estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental em uma escola do Distrito Federal.

Agradeço sua valiosa contribuição!

Nome: _____

1- Qual a sua formação?

() Graduação () Pós graduação. Quantas possui? _____

() Mestrado () Doutorado

Você já fez cursos para aprimorar sua prática pedagógica? _____

2- Há quanto tempo trabalha como professor? _____

3- Há quanto tempo trabalha nesta escola? _____

4- Quais razões o fizeram optar pelo ensino fundamental?

5- Qual sua concepção sobre avaliação da aprendizagem?

6- Qual(is) aspecto(s) você considera mais importante no momento de avaliar seu aluno?

7- Quais instrumentos avaliativos você costuma utilizar em um bimestre? Por quê?

8- Em relação à prova multidisciplinar, você acredita que esta avalia de fato a aprendizagem dos estudantes? Por quê?

9- Quais são os pontos positivos e os pontos negativos da avaliação multidisciplinar?

10- Você acha que a coordenação pedagógica pode contribuir de alguma maneira na elaboração de uma prova multidisciplinar? Como? Cite um exemplo.

APÊNDICE 2

ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL COM PROFESSORES DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO TURNO VESPERTINO

Objetivo geral: Compreender como é utilizada a prova multidisciplinar para avaliar a aprendizagem dos estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental.

Objetivo específico: Analisar como os professores utilizam a prova multidisciplinar para avaliar a aprendizagem dos alunos.

- 1- Qual sua concepção acerca da prova multidisciplinar.
- 2- Como você elabora as suas questões da prova multidisciplinar?
- 3- Você concorda que a escola adote a semana de provas para a aplicação da prova multidisciplinar? Por quê? Quais vantagens e quais desvantagens.
- 4- Durante a aplicação da prova multidisciplinar você faz a leitura da prova junto com os estudantes? Eles demonstram ter muita dúvida durante o procedimento?
- 5- A quantidade e o tamanho das questões são coerentes com o tempo de resolução da prova?
- 6- Após a aplicação da prova multidisciplinar você costuma fazer a correção das questões em sala de aula? Por quê?
- 7- Como você utiliza os resultados da prova multidisciplinar para mediar e intervir na aprendizagem dos estudantes.

APÊNDICE 3
AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Eu, _____ diretor, responsável por esta unidade escolar, autorizo **LORRAINE LEITE ZANELA** realizar pesquisa nesta escola para elaboração de seu trabalho de conclusão de curso de Especialização em Coordenação Pedagógica no corrente ano, desde que sejam esclarecidos aos participantes os objetivos e os procedimentos da pesquisa.

Será possibilitado à pesquisadora o acesso a esta instituição nos momentos de trabalho pedagógico, não sendo permitida a sua interferência no desenvolvimento das atividades sem que lhe seja solicitada.

Concordo com a publicação dos resultados da pesquisa em questão desde que não sejam utilizadas informações em prejuízo das pessoas envolvidas e/ou da instituição, bem como sejam mantidos o sigilo e o anonimato da escola e dos interlocutores, se assim desejarem.

Brasília, ____ de _____ de 2015.

APÊNDICE 4

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Eu _____, abaixo assinado, declaro ter sido informado(a), de forma clara e objetiva, que a pesquisa **“O uso da prova multidisciplinar como instrumento avaliativo da aprendizagem”** tem como objetivo central **“Compreender como é utilizada a prova multidisciplinar para avaliar a aprendizagem dos estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental”**. Consinto a gravação da minha participação por meio da técnica de grupo focal, pela pesquisadora **Lorraine Leite Zanela**. Estou ciente de que os dados coletados terão caráter confidencial e serão usados como material de reflexão para o seu Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, podendo vir a ser utilizados também em trabalhos acadêmicos decorrentes da mesma. Concordo com o uso de um pseudônimo, no intuito de resguardar o meu anonimato como participante da pesquisa. Receberei informações sobre o estudo, as quais poderão ser obtidas também pelo endereço lorrainebiologa@gmail.com. Foi-me esclarecido que o resultado da pesquisa somente será divulgado para atender a objetivos científico-acadêmicos, mantendo a minha identidade em sigilo. E por estar de pleno acordo, com os termos ajustados e mencionados neste termo, assinamos o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Brasília - DF, ____ de _____ de _____.

Interlocutor(a) da pesquisa

Responsável pela pesquisa

APÊNDICE 5

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Eu _____, abaixo assinado, declaro ter sido informado(a), de forma clara e objetiva, que a pesquisa **“O uso da prova multidisciplinar como instrumento avaliativo da aprendizagem”** tem como objetivo central **“Compreender como é utilizada a prova multidisciplinar para avaliar a aprendizagem dos estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental”**. Consinto a aplicação do questionário pela pesquisadora **Lorraine Leite Zanela**. Estou ciente de que os dados coletados terão caráter confidencial e serão usados como material de reflexão para o seu Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, podendo vir a ser utilizados também em trabalhos acadêmicos decorrentes da mesma. Concordo com o uso de um pseudônimo, no intuito de resguardar o meu anonimato como participante da pesquisa. Receberei informações sobre o estudo, as quais poderão ser obtidas também pelo endereço lorrainebiologa@gmail.com. Foi-me esclarecido que o resultado da pesquisa somente será divulgado para atender a objetivos científico-acadêmicos, mantendo a minha identidade em sigilo. E por estar de pleno acordo, com os termos ajustados e mencionados neste termo, assinamos o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Brasília - DF, ____ de _____ de _____.

Interlocutor(a) da pesquisa

Responsável pela pesquisa